



Tudo está estremeado: por que a filosofia da história floresce em tempos de crise?¹

PAUL, Herman^{2*}

Tradução de: OHARA, João Rodolfo Munhoz^{3**}

Resumo

A filosofia da história dificilmente desaparecerá em um mundo assolado por crises. Crises, entendidas como anomalias dos modos pelos quais as pessoas concebem suas relações entre passado e presente, servem como ímpeto, mais que como obstáculo, à filosofia da história. Quanto mais as sociedades imaginam se o crescimento econômico é infinito, ou se as crianças no Ocidente algum dia alcançarão os níveis de prosperidade de seus pais, ou como o crescente peso da dívida pública afetará o “contrato social entre gerações”, mais provável que elas repensem suas relações herdadas entre passado e presente. Em certo sentido, portanto, a filosofia é um fenômeno de crise: o gênero floresce em tempos de incerteza. Isso não significa que a filosofia da história será sempre ensinada em departamentos acadêmicos de história: o gênero tem sido praticado muitas vezes, para não dizer frequentemente, por não-historiadores. Os historiadores podem querer considerar, no entanto, o quão bem eles servem suas sociedades se permitem que a filosofia da história seja praticada sem as checagens críticas e balanços da historiografia profissional.

Palavras-chave: filosofia da história; relação entre passado e presente.

Se períodos de felicidade são as páginas brancas da história, como conhecidamente disse G. W. F. Hegel (1970, p.42), então a filosofia da história define especialmente em tempos de paz e calma. A filosofia da história, aquele ramo notório da reflexão sobre como os seres humanos se relacionam com seu passado, é um fenômeno de crise. Em períodos nos quais a história parece se desenvolver de acordo com o que as pessoas esperam [*hope or expect*], ela tipicamente atrai pouca atenção. Mas assim que as manchetes dos jornais proclamam “crises” – isso é, anomalias nos horizontes de expectativas de uma sociedade, ou ocorrências que não cabem nas visões de passado, presente e futuro existentes – a filosofia da história cresce em importância, muitas vezes até capturando a atenção de audiências não-acadêmicas.

1 Publicado originalmente em *BMGN - Low Countries Historical Review*, volume 127, número 4, em 2012.

2 Professor de Teoria da História na Universidade de Leiden, Holanda. Ph.D. *summa cum laude* em História pela Universidade de Groningen. Autor, entre outros, de *Hayden White: the historical imagination*, publicado em 2011 pela Polity Press.

3 **Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP.

Recebido em: 09 de julho de 2014

Aprovado em: 11 de setembro de 2014.

Vejamos Giambattista Vico, o mestre-escola napolitano, ou Juan Andrés, o jesuíta espanhol, ambos conhecidos como precursores dos filósofos historicistas. Sua insistência na identidade histórica, que distinguiria cada nação europeia, não era simplesmente uma antecipação do dito de Leopold von Ranke de que passado, presente e futuro são contemporâneos para Deus, mas um grito de guerra das margens subalternas da Europa do século XVIII, dirigido contra a visão de que a civilização europeia havia se deslocado para o norte e culminado no classicismo francês. O historicismo do século XVIII foi um protesto contra as teorias unilineares de evolução cultural que relegaram territórios não-franceses à pré-história da Europa.

Outro exemplo é Johann Gustav Droysen, uma das figuras proeminentes da filosofia da história do século XIX ao lado de Hegel, que escreveu seu *Grundriss der Historik* em um tempo afetado por crises:

Tudo está abalado, tudo está passando por imensuráveis rupturas, agitações, brutalizações. Todas as coisas velhas estão gastas, falsificadas, consumidas por vermes e irrecuperável. E o novo ainda não tem forma e fim, é caótico, meramente destrutivo⁴ (DROYSEN, 1933, p.328).

A filosofia da história de Droysen foi uma reflexão ampliada sobre as funções didáticas do pensamento histórico em um período no qual agitações como as revoluções de 1848 tornaram velhas certezas incertas.

Até que ponto experiências de crise e sentimentos de perda foram as forças animadoras por trás do tipo de reflexão convencionalmente conhecido como filosofia da história fica ainda mais claramente visível no que foi sem dúvida o auge do gênero – os anos de 1920 e 1930. Além do *Untergang des Abendlandes* de Oswald Spengler, cujo título esteve na ponta da língua de uma geração inteira, a luta de Ernst Troeltsch, com a tão comentada crise do historicismo, ilustrou que a filosofia da história era, em suas próprias palavras, “não apenas um problema acadêmico, mas um problema da vida prática” (TROELTSCH, 1922, p.586). Diz a lenda que Troeltsch, uma vez, deixou uma conferência, batendo portas, depois de ter dado aos seus ouvintes um diagnóstico de seu tempo que era tão breve quanto alarmante: “Cavalheiros, tudo está estremecido!” (RENDTORFF, 1998, p.10-11). Mesmo se essa anedota for apócrifa, o fato de que ela circulou largamente entre os estudantes e comentadores de Troeltsch sugere que ela, de alguma forma, capturou as ansiedades associadas com a sua filosofia da história.

Relações entre passado e presente

4 Todas as traduções são minhas.



Não há, de fato, falta de contra-exemplos. Henry Thomas Buckle, cujo nome na Inglaterra vitoriana tardia era quase sinônimo de filosofia da história, estava mais confiante ao traçar as leis da evolução histórica. De maneira similar, quando Albert Maria Weiss, um hoje, esquecido filósofo suíço, invejava “as poucas mentes rarefeitas que receberam a filosofia da história como matéria de seu pensamento, o mais belo tema que uma caneta humana pode trabalhar” (SPIESS, 1937, p.5), ele demonstrava que havia pensadores, abençoados com maior tranquilidade que Vico, Droysen e Troeltsch, para os quais a filosofia da história não era uma busca atormentada pela redefinição das relações problemáticas entre passado e presente, mas a confirmação da ilusão reconfortante de que a história estava do seu lado.

Ainda assim, na maior parte dos casos, a filosofia da história atraiu atenção acadêmica porque havia uma necessidade coletiva de repensar as relações passado-presente herdadas (isto é, modos herdados de estudar, interpretar, representar ou se relacionar de outra maneira com o passado). Quando em meados do século XX, filósofos da história dedicaram livro após livro ao “sentido da história”, eles o fizeram porque as visões históricas grandiosas de Buckle e Weiss haviam sido despedaçadas, deixando sociedades a se perguntarem em que direção, se é que havia alguma, a história estava caminhando. E, em nossos dias, um dos assuntos mais debatidos acaloradamente na filosofia da história é a percebida falta de sentido no que parece o momento negativo definidor da identidade europeia – o Holocausto.

Também não é coincidência que Hayden White, cujo trabalho gira em torno do desejo de libertar os seres humanos de tradições opressivas⁵, seja, hoje, mais amplamente lido na Europa oriental, na América Latina e na China. Um periódico de ponta no campo, *History and Theory*, recentemente declarou que essas regiões demonstram um interesse muito maior na filosofia da história que a América do Norte e a Europa ocidental (de maneira que o periódico se vê cooperando com a Academia de Ciências da China ao invés da Associação Histórica Americana) (KLEINBERG; FAY, 2012).

Em resumo, parece que a filosofia da história floresce em tempos de crise, ou, mais precisamente, em contextos espaço-temporais de incerteza a respeito da plausibilidade das relações herdadas entre passado e presente (por exemplo, os modos herdados de dar sentido ao passado). Se frequentemente não há demanda clara pela filosofia da história enquanto as relações convencionais entre passado e presente são suficientes, o gênero atrai intenso interesse, assim que a história muda do belo para o sublime (isto é, de uma resposta para uma pergunta, ou do previsível ao aventuroso ou ameaçador).

⁵ Conforme argumento em PAUL, Herman. *Hayden White: the Historical Imagination*. Cambridge: Polity Press, 2011.



Filosofia especulativa da história

É pertinente, no entanto, falar sobre a filosofia da história enquanto um gênero, no singular? Posso imaginar que alguns leitores se lembrem de Karl Popper e William Walsh, dois filósofos de meados do século XX que distinguiam claramente entre dois gêneros – filosofia “especulativa” e filosofia “crítica” da história. Como a nomenclatura já indica, a filosofia especulativa da história, tal como representada por construtores de sistemas como Hegel e Spengler, era considerada inapropriada porque parecia não haver meios científicos para corroborar ou falsificar teorias sobre o fim, o sentido ou a natureza do processo histórico. Essa crítica da filosofia especulativa da história tem sido tão influente que vários daqueles conhecidos atualmente como filósofos da história pensam seu campo ligado àquele que Popper e Walsh identificaram como o território adequado, “científico”, da filosofia da história.

Contra esse pano de fundo, então, pode-se objetar que o que eu disse sobre a filosofia da história enquanto um fenômeno de crise pode muito bem se aplicar ao ramo especulativo – à dialética de Karl Marx, ao historicismo de Troeltsch ou às meditações de Francis Fukuyama sobre o “fim da história” – mas não ao que os filósofos da história desde Popper e Walsh vieram a reconhecer como seu verdadeiro trabalho: a análise filosófica da linguagem, dos conceitos e dos métodos que os historiadores empregam.

Mas essa objeção desconsidera o quanto a distinção de Popper e Walsh fora em si mesma um fenômeno de crise. Popper dedicou *A Miséria do Historicismo* aos “incontáveis homens e mulheres de todos os credos, nações ou raças que caíram vítimas da crença fascista e comunista nas Leis Inexoráveis do Destino Histórico” (POPPER, 1957, p.V). Essas palavras não deixam dúvidas de que a aversão de Popper às leis evolutivas vinha, ao menos em parte, de um desejo de ajudar a evitar um novo Terceiro Reich. De maneira similar, o *Historismus* do século XIX sofreu ataques não apenas por conta de suas percebidas fraquezas epistemológicas, mas também, e muitas vezes, especialmente por conta de suas supostas inclinações antiliberais.

Portanto, estou inclinado a considerar tanto os galões de tinta gastos na batalha contra a filosofia especulativa da história quanto à aversão quase alérgica de Popper e seus colegas a todo “pensamento metafísico” como novas ilustrações da minha tese de que a filosofia da história é um gênero (ou um conjunto de gêneros, se quisermos) alimentado pelas experiências de crise. Não menos importante entre os fatores que contribuíram para o surgimento da filosofia crítica da história, estava um desejo de dissipar a crise do “historicismo” e do “relativismo histórico”.

Crescimento econômico e declínio religioso



Enfatizo tudo isso para argumentar que é improvável que a filosofia da história desapareça em um mundo assolado por crises do tipo invocado pelos editores em sua introdução⁶. Pois o que foi dito acima sugere que crises – entendidas como anomalias dos modos pelos quais as pessoas concebem suas relações entre passado, presente e futuro – muitas vezes servem como ímpeto, mais que como obstáculo para a filosofia da história. Quanto mais as sociedades se perguntam se o crescimento econômico é infinito, ou se as crianças no ocidente algum dia alcançarão os níveis de prosperidade de seus pais, ou como o crescente peso da dívida pública afetará o “contrato social entre gerações”, ou por quanto tempo a América do Norte permanecerá a principal sociedade do mundo, ou até que ponto a secularização é irreversível, ou se o aquecimento global é de fato uma espada de Dâmoques, mais provável que elas repensem as relações passado-presente que herdaram.

Portanto, não é coincidência que defensores da energia sustentável como Herman Wijffels estejam consultando livros de “grande história” [*“big history”*] (*Colapso*, de Jared Diamond, por exemplo) em uma tentativa de entender por que o ocidente é tão incrivelmente relutante em tomar uma atitude em relação à sua superdependência de recursos naturais. Também não é coincidência que Rowan Williams, arcebispo de Canterbury, inspire-se em filosofias agostinianas da história ao tentar combater a crença pessimista de que a queda do número de fiéis em paróquias britânicas sinaliza o fim imane do cristianismo no ocidente. Ambos, economistas e arcebispos, aventuram-se na filosofia da história assim que tratam das limitações das narrativas predominantes de crescimento econômico e declínio religioso.

77

Uma rica variedade de recursos

Talvez a questão mais intrigante seja, então, não se a filosofia da história tem um futuro (que ela certamente tem), mas até que ponto aqueles que trabalham profissionalmente como filósofos da história serão capazes de responder à demanda social de repensar as relações entre passado e presente herdadas. Especialmente em países como a Holanda, nos quais a filosofia da história foi institucionalizada em programas acadêmicos de história, no último meio século, em um grau jamais visto no resto do mundo, a questão mais urgente pode ser até que ponto os filósofos da história estarão preparados para ajudar as sociedades a refletirem, por exemplo, sobre as grandes narrativas históricas que não são mais consideradas convincentes.

⁶ N.T.: a introdução a que Paul se refere é a introdução do fórum no qual este artigo foi originalmente publicado – SANTING, Catrien. *Theoretical History. BMGN – Low Countries Historical Review*. Haia, v. 127, n. 4, p.100-102, 2012.



Até onde vejo, o sucesso da filosofia crítica da história nos últimos sessenta anos, tanto permite quanto dificulta que os filósofos da história assumam tal responsabilidade. De um lado, a filosofia crítica da história tem sido tão ansiosa em evitar qualquer coisa vagamente semelhante a Marx, Hegel ou Spengler que tem se aplicado quase exclusivamente ao estudo de como historiadores (no ocidente) investigam o passado. O catálogo de problemas quase-canônicos na filosofia contemporânea da história não inclui o sentido da história, ou os perigos do relativismo histórico; ao invés disso, ele consiste de problemas de historiadores tais como explicação, inferência, intenção, contexto, comparação e construção de modelos. De fato, cada vez mais a filosofia da história se torna uma filosofia da historiografia profissional, isto é, um subcampo “filosófico meta-disciplinar” parecido com a filosofia da ciência ou a filosofia da economia (TUCKER, 2009, p.4).

Se esse estreito foco disciplinar pode não parecer particularmente vantajoso, por outro lado, as décadas de relativo isolamento permitiram que filósofos da história tratassem de debates bastante específicos sobre causalidade, explicação, narrativa e experiência (pense, por exemplo, nas controvérsias provocadas pelo *covering law model* de Carl Hempel, ou a hermenêutica analítica de William Dray). Essas mudanças contribuíram para um refinamento considerável de como os filósofos da história entendem a interpretação, a explicação e a narrativa histórica.

Que esse investimento pode trazer ganhos substanciais, pode-se ver pelos filósofos da história que tentam intervir em debates públicos sobre a educação histórica, patrimônio cultural, identidade nacional, tradição ou secularização. Mark Salber Phillips, por exemplo, inspira-se em Hans-Georg Gadamer e Thomas Kuhn para defender alternativas ao “simples par binário de tradição e modernidade que por tanto tempo distraiu aqueles que tentaram se acertar” com a tradição, o patrimônio e a inovação na política e na arte (PHILLIPS, 2004, p.25). David Gross analisa como as sociedades ocidentais contemporâneas lembram e esquecem seus passados (idealizados, traumatizados) com a ajuda de ideias desenvolvidas por Friedrich Nietzsche e Reinhart Koselleck (GROSS, 2000). Thomas Albert Howard mais especificamente se inspira em Hayden White ao examinar as estruturas de enredo de narrativas de secularização tais como contadas em *The Secular Age*, de Charles Taylor (HOWARD, 2009)⁷. Mais próximos, os projetos de Rik Peters sobre “história do aprendizado”, conduzidos na Philips e em outros ambientes corporativos, baseiam-se em Koselleck, Quentin Skinner e Frank Ankersmit, entre outros, para elucidar a natureza e os efeitos de mudança de gestão organizacional (KARSTEN, 2009).

⁷ Ver também JAY, Martin. Faith-based History. *History and Theory*. Middletown, v. 48, p.76-84, 2009.



Embora nem todas as fontes de inspiração mencionadas acima possam ser claramente classificadas como filósofos críticos da história, penso que cada um dos exemplos ilustra que ideias técnicas desenvolvidas em áreas altamente especializadas da filosofia da história podem, às vezes, ser aplicadas frutiferamente a debates não-acadêmicos sobre as relações (mutantes) entre passado e presente. As ideias que Phillips, Gross, Howard e Peters colocam em pauta, derivam de uma familiaridade minuciosa com a análise do discurso, a teoria dos atos de fala, a filosofia da narrativa e a hermenêutica da ação. Seus exemplos ilustram, portanto, que o legado da filosofia crítica da história não é necessariamente negativo. Graças a Hempel, Dray e outros, os filósofos da história, agora, têm uma rica variedade de recursos para ajudar pessoas como Wijffels e Williams a tratar os pontos fortes e as limitações referentes às relações entre passado e presente que herdamos.

Estudos históricos acadêmicos

Se tais filósofos da história serão ou continuarão sendo empregados por departamentos acadêmicos de história, claro, é uma questão aberta. Talvez não: a filosofia da história tem sido praticada muitas vezes, para não dizer usualmente, por não-historiadores. Os historiadores podem querer considerar, entretanto, quão bem eles servem às suas sociedades se permitem que a filosofia da história seja praticada sem as checagens críticas e os balanços da historiografia profissional.

Lembremos de William Walsh, cuja aversão à filosofia especulativa da história não o impediu de tratar do trabalho de Arnold Toynbee. Embora os historiadores estejam certos em criticar Toynbee, disse Walsh, eles mesmos são os culpados por criar um vácuo no qual tais filosofias, como a de Toynbee, puderam emergir (WALSH, 1967, p.164-165). De maneira análoga, pode-se argumentar que os historiadores talvez não devessem deixar a filosofia da história para economistas, especialistas no clima e outros cidadãos que se sentem presos em crises de vários tipos – particularmente se esses historiadores se importam com a adequação e a confiabilidade do que está sendo dito no domínio público.

Particularmente em tempos de crises, os historiadores podem querer investir na filosofia da história e tentar tornar os conhecimentos desenvolvidos sob a égide da filosofia crítica da história disponíveis para as sociedades que se reorientam no tempo e repensam suas relações herdadas com o passado.

Referências

DROYSEN, J. G. Zur Charakteristik der europäischen Krisis. In: _____. *Politische Schriften*. Munique: Felix Gilbert, 1933.



- GROSS, David. *Lost Time: on remembering and forgetting in late modern culture*. Amherst: University of Massachusetts Press, 2000.
- HEGEL, G. W. F. *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*. Frankfurt am Main: Moldenhauer & Michel, 1970.
- HOWARD, Thomas Albert. The Modern Comedy: still pondering Charles Taylor's Secular Age. *The Cresset*. Valparaiso, v. 72, n. 3, p. 13-17, 2009.
- JAY, Martin. Faith-based History. *History and Theory*. Middletown, v. 48, p. 76-84, 2009.
- KARSTEN, Luchien et al. Leadership Style and Entrepreneurial Change: the centurion operation at Philips Electronics. *Journal of Organizational Management Change*. Roterdã, n. 22, p. 73-91, 2009.
- KLEINBERG, Ethan; FAY, Brian. *History and Theory: expanding the intellectual network*. 2012. Disponível em <<http://vimeo.com/36502249>>. Acesso em 27 de Setembro de 2012.
- PAUL, Herman. *Hayden White: the Historical Imagination*. Cambridge: Polity Press, 2011.
- PHILLIPS, Mark Salber. What is tradition when it is not "invented"?: a historiographical introduction. In: PHILLIPS, Mark Salber; SCHOCHET, Gordon (eds.) *Questions of Tradition*. Toronto: University of Toronto Press, 2004.
- POPPER, Karl R. *The Poverty of Historicism*. Londres: Routledge, 1957.
- RENDTORFF, Trutz. Einleitung. In: TROELTSCH, Ernst. *Die Absolutheit des Christentums und die Religionsgeschichte (1902/1912) mit den Thesen von 1901 und den handschriftlichen Zusätzen*. Berlim: Trutz Rendtorff, n. 47, 1998.
- SANTING, Catrien. Theoretical History. *BMGN – Low Countries Historical Review*. Haia, v. 127, n. 4, p. 100-102, 2012.
- SPIESS, Emil. *Die Grundfragen der Geschichtsphilosophie*. Schwyz: M. Hilf, 1937.
- TROELTSCH, Ernst. Die Krisis des Historismus. *Die Neue Rundschau*. [s.l.], n. 33, 1922.
- TUCKER, Aviezer. Introduction. In: _____. (ed.) *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.
- WALSH, W. H. *Philosophy of History: an introduction*. New York: Harper & Brothers, 1967.

